

La'ó Hamutuk

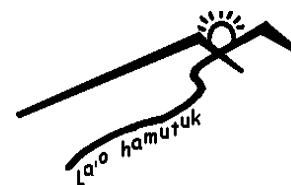
Instituto de Timor-Leste para a Análise e Monitorização do Desenvolvimento

Rua dos Mártires da Pátria, Bebora, Dili, Timor-Leste

Tel: +670 332 1040 – Tel. Móvel: +670 7734 8703

Email : info@laohamutuk.org

Website: www.laohamutuk.org



Dili, 15 Julho de 2014

Exmo. Sr. Taur Matan Ruak
Presidente da República Democrática de Timor-Leste (RDTL)
Dili, Timor-Leste

Assunto: Carta aberta sobre a adesão da Guiné-Equatorial à CPLP

CC :

- Exmo. Sr. Xanana Gusmão, Primeiro-Ministro RDTL
- Exmo. Sr. José Luis Guterres, Ministro dos Negócios Estrangeiros RDTL
- Exmo. Sr. Vicente Guterres, Presidente do Parlamento Nacional RDTL
- Exmo. Sr. Francisco Guterres “Lu-Olo”, Presidente da Comissão Preparativa da Cimeira da CPLP
- Media

Com respeito,

Na próxima semana, Timor-Leste irá receber a décima Conferência dos Chefes de Estado e Governo da CPLP. Para além das discussões sobre as questões políticas, económicas, sociais e de segurança, esta cimeira irá também decidir sobre a adesão da Guiné-Equatorial como país membro da CPLP.

Muitas pessoas, incluindo 50 personalidades relevantes dos países da CPLP¹, não concordam com esta adesão da Guiné-Equatorial, uma nação não falante de português. A La'ó Hamutuk como organização comprometida na promoção dos direitos humanos, sociais e da justiça económica também pede que a futura Cimeira não ratifique esta adesão ou que, no mínimo, a torne condicionada à existência de melhorias significativas na área dos direitos humanos e da redução da corrupção.

Uma Nação sem democracia

Presentemente, o Presidente Teodoro Obiang Nguema Mbasogo, que governa desde 1979, continua a manter esta nação debaixo de uma ditadura. Muitos cidadãos da Guiné-Equatorial são detidos extrajudicialmente, torturados, desaparecem, e são lhes retirados os seus direitos democráticos e políticos além de outras violações dos direitos humanos.

Nesta pequena nação da África Ocidental, continuam a ocorrer mortes extra-judiciais, apesar de o seu governo ter anunciado uma moratória sobre a pena de morte quando se candidatou como membro da CPLP, a qual terá ainda de ser aprovada pelo parlamento, vários prisioneiros foram executados. Segundo a Amnistia Internacional, em Janeiro de 2014 o governo da Guiné-Equatorial terá executado quatro pessoas, “possivelmente nove”.

Timor-Leste, durante 24 anos viveu debaixo do regime militar do presidente Suharto. A invasão causou muitos refugiados, desaparecimentos, torturas, perda de liberdades e um genocídio diário. O problema dos direitos humanos na Guiné-Equatorial reflecte a história passada de Timor-Leste – as pessoas não devem viver mais debaixo deste tipo de repressão. Se Timor-Leste apresentar uma oposição contra a adesão da Guiné-Equatorial, estará a contribuir para a construção da democracia e dos direitos humanos desta nação.

¹ Carta Aberta dos activistas dos direitos Humanos da CPLP. Ver em anexo

O artigo 5.1(b) dos estatutos da CPLP, sobre os seus princípios orientadores, inclui a não-ingerência nos assuntos internos de cada nação membro, isto quer dizer que Timor-Leste e as outras nações da CPLP não poderão defender os direitos sociais, económicos, políticos e democráticos do povo da Guiné-Equatorial.

Assim, pedimos ao Governo de Timor-Leste para, em obediência ao artigo 10 da Constituição da RDTL, estender a sua solidariedade a todo o povo da Guiné-Equatorial que luta pela sua libertação social, pela defesa dos direitos humanos, pela democracia e pela paz, valorizando assim os princípios da CPLP de que todos os seus membros devem cooperar na promoção das praticas democráticas, da boa governação e do respeito pelos direitos humanos.

Sem liberdade de imprensa ou expressão

Timor-Leste é uma das nações que ratificou a Convenção Internacional dos Direitos Civis e Políticos que, a par com a nossa Constituição, sustenta as garantias de liberdade de imprensa e expressão. Desde há uma década e meia que Timor-Leste não enfrenta problemas relativos à liberdade de imprensa ou de expressão.

Esta situação é totalmente diferente da que existe na Guiné-Equatorial onde não existe liberdade de imprensa, os jornalistas locais não podem criticar os líderes, e a lei não prevê a intervenção pro-democracia ou em favor dos direitos humanos realizada por organizações não-governamentais. Mesmo assim alguns activistas locais continuam a monitorizar a situação dos direitos humanos, confrontados muitas vezes com acções de intimidação, restrições ou detenções por parte das forças de segurança do estado.

O Artigo 5.1(e) dos estatutos da CPLP sobre os seus princípios orientadores defende o "Primado da Paz, da Democracia, do Estado de Direito, da Boa Governação, dos Direitos Humanos, e da Justiça Social". Infelizmente, estes princípios estão longe de serem seguidos pela Guiné-Equatorial.

Injustiça Económica

A Guiné-Equatorial é a terceiro produtor de petróleo na África sub-Sahariana, e a sua economia e despesa de Estado estão extremamente dependentes dos proveitos da exploração petrolífera. Infelizmente, metade da sua população vive sem acesso a água potável ou saneamento, saúde, educação e electricidade fiável. A submissão da Human Rights Watch deste ano na Revisão Periódica Universal do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas sobre a Guiné-Equatorial mostra que os proveitos monetários do petróleo são gastos pelo governo em grandes projectos de infra-estruturas (projetos de prestígio), demonstrando uma política que ignora as necessidades básicas de desenvolvimento sustentável do seu povo.

São gastas grandes verbas em estradas e espaços recreativos para as elites e convidados estrangeiros, enquanto a população continua a viver na maior pobreza. A corrupção está generalizada, a informação básica sobre a despesa orçamental é secreta, e os cidadãos e jornalistas não podem acompanhar de que forma os recursos naturais são utilizadas. A Guiné-Equatorial é o exemplo clássico da maldição dos recursos.

A Transparency International classifica a Guiné-Equatorial como um dos estados mais corruptos do mundo, classificando-o como o 163º pior de 177 países no Índice de Percepção da Corrupção de 2013. O Presidente Obiang e seus parentes usam a riqueza do petróleo para o auto-enriquecimento e mantêm os detalhes como Segredo de Estado. O vice-presidente Teodorin Obiang, filho mais velho do presidente, vem acusado de desvio de dinheiros públicos, de fraude e lavagem de dinheiro para transferir estes fundos através de falsas empresas para contas bancárias sob o seu controle, até recentemente pendia sobre ele um mandato de captura internacional.

Timor-Leste valoriza a democracia e a transparência. É um membro da Iniciativa de Transparência das Indústrias Extractivas (EITI), e também muito dependente das receitas do petróleo. A situação na Guiné-Equatorial não vai ajudar o nosso povo e é um mau exemplo para Timor-Leste. Não vai ajudar o

povo da Guiné-Equatorial a legitimação por parte da CPLP deste regime ditatorial corrupto, ou o oferecer de meios para que o seu petróleo contaminado pela corrupção passe através dos mecanismos da CPLP de forma a tornar a família Obiang ainda mais rica. A nossa preocupação é que a cooperação emergente entre os países da CPLP no sector do petróleo será envenenada se incluir a cleptocracia Obiang.

Além disso, se apoiar a adesão da Guiné-Equatorial à CPLP, Timor-Leste estará a mostrar que não promove os princípios das relações internacionais que defendem os direitos humanos de todos e a soberania dos povos sobre os seus próprios recursos naturais.

Finalmente, nós em Timor-Leste podemos aprender com os desastrosos erros da Guiné-Equatorial, de forma a não cair tão profundamente na maldição dos recursos de que eles sofrem.

Conclusão

A ditadura na Guiné-Equatorial quer utilizar a CPLP para ganhar legitimidade na comunidade internacional. Durante a nossa luta contra o regime de ocupação indonésia, todas as nações da CPLP apoiaram Timor-Leste no isolamento da ditadura de Suharto porque violava os direitos humanos do povo de Timor-Leste. Pensamos que, na verdade, Timor-Leste e as outras nações da CPLP devem continuar nesta luta contra os ditadores que trazem sofrimento aos seus povos.

Além disso, durante a luta de Timor-Leste, a Guiné-Equatorial não votou em quatro das oito resoluções da Assembleia Geral das Nações Unidas que apoiaram a luta de Timor-Leste contra a ocupação ilegal indonésia. Se a situação caótica do país pode explicar a primeira ausência, as seguintes entre 1980-1982 mostram uma total falta de empenho. Todos os membros da CPLP votaram a favor de Timor-Leste em todas as ocasiões. Portanto, sugerimos que o Governo de Timor-Leste use do seu direito de votar contra a adesão da Guiné-Equatorial à CPLP.

Com o nosso agradecimento pela atenção dispensada a esta carta aberta,

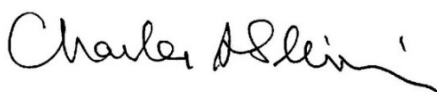
Sinceramente,



Juvinal Dias
Peskizadors La'o Hamutuk



Adilson da Costa Junior



Charles Scheiner

Esta carta tem o apoio de ativistas timorenses dos:

Arsenio Pereira
Marilia da Silva Alves
Jenito Santana
Nolasco Mendes
Manuel Monteiro
Luis Ximenes
Nelson_Miranda
Jose_Luis Oliveira
Hugo Fernandes
Virgilio Guterres
Leovogildo Hornay
Filomeno Monteiro

Gaudencio da Souza
Nuno Rodrigues
Rogerio Savio
Dircia da Costa
Domingos de Andrade
Sisto dos Santos
Antonio da Costa
Nug Katjasungkana
Januario Correia
Joao S. Sarmento
Kerrytilo D. Pinto